

A universidade sob céu de chumbo: a heteronomia instituída pela ditadura empresarial-militar

Roberto Leher

Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

E-mail: leher.roberto@gmail.com

Simone Silva

Técnico-Administrativa da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

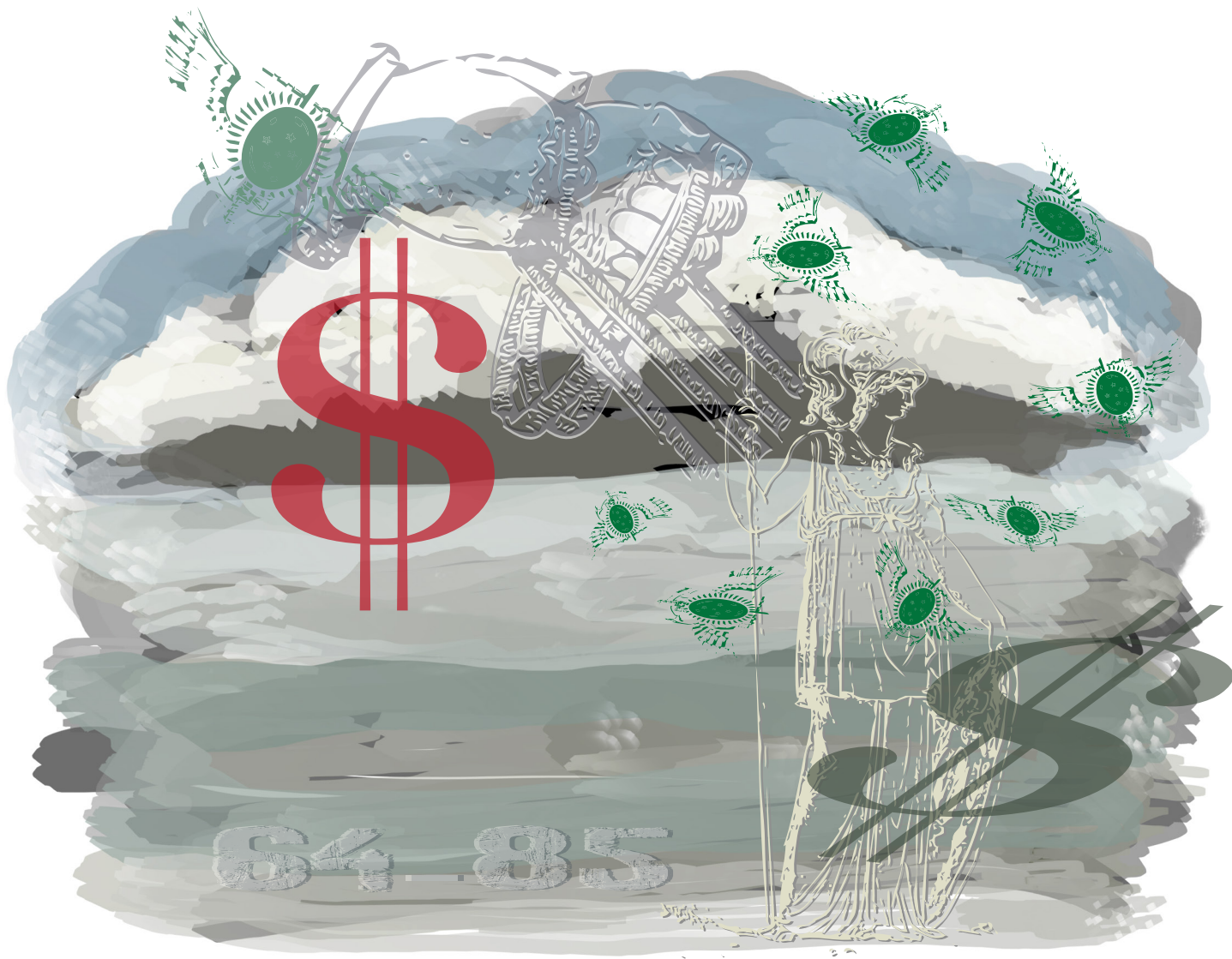
Resumo: O presente artigo, por meio do método histórico, propugna que a consolidação da pesquisa e da pós-graduação na segunda metade do século XX esteve associada às contradições provocadas pelo projeto nacional-desenvolvimentista já subordinado ao capitalismo monopolista. A ditadura empresarial-militar, expressando a supremacia do imperialismo, engendrou uma contrarreforma sob a égide da heteronomia, erigindo um sofisticado aparato de fomento à ciência e à tecnologia que enredou de modo profundo o cotidiano da vida universitária com a racionalidade da universidade operacional, utilitarista, pragmática. O estudo realiza um histórico desse processo de heteronomia, discute as formas de repressão e de cooptação de quadros universitários para o projeto da ditadura e faz indicações sobre as lutas e resistências que possibilitaram a criação da Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES).

Palavras-chave: Universidade. Ditadura Empresarial-Militar. Políticas de Ciência e Tecnologia. Repressão. Heteronomia. Resistências.

Introdução

Está em curso uma intensa batalha teórica sobre o significado da ditadura empresarial-militar. O presente artigo concebe a ditadura no contexto da contrarrevolução colocada em marcha pela ação articulada de frações burguesas locais e dos militares com os núcleos imperialistas dominantes. Neste diapasão, o texto sustenta que a “reforma” universitária de 1968

esteve associada ao capitalismo monopolista sob a égide da heteronomia, erigindo um sofisticado aparato de fomento à ciência e à tecnologia que enredou de modo profundo o cotidiano da vida universitária com a racionalidade da universidade operacional, utilitarista, pragmática. O estudo realiza um histórico desse processo de heteronomia, discute as formas de repressão e de cooptação de quadros universitários para o projeto da ditadura e faz indicações sobre



as lutas e resistências que possibilitaram a criação da Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES).

A expansão da pesquisa e a proliferação de programas de pós-graduação no Brasil são um processo singular na história das universidades. Entre as particularidades do caso brasileiro é importante destacar que as universidades são instituições tardias, pois criadas apenas no século XX; a constituição das entidades representativas dos cientistas, como a Academia Brasileira de Ciências (1916) e a SBPC (1948), igualmente são do último século. As primeiras instituições públicas de fomento à ciência e à tecnologia, como o Conselho Nacional de Pesquisas (CNP, atual CNPq), foram criadas em 1951, fundamentalmente, objetivando o domínio da energia nuclear como conhecimento geopolítico (1951-54) (em 1951, a área recebeu 65% do seu orçamento total, conforme Morel, apud Fernandes, 1990, p. 90-91). A CAPES foi instaurada no

mesmo ano para apoiar a formação de docentes para as universidades e institutos de pesquisa.

A principal exceção à lógica militarista na construção de uma universidade com pesquisa sistemática, desvinculada da razão militar, estava em curso na USP, criada em 1934, orientada pela lógica particularista dos setores dominantes paulistas, derrotados em 1932, que compreenderam o alcance de uma universidade com pesquisa para a concretização da hegemonia burguesa paulistana: daí o lema “A ciência vencerá!”.

O caráter tardio da universidade não é a única particularidade do caso brasileiro. A pós-graduação, antes limitada a raros programas, foi exponencialmente expandida na década subsequente ao golpe empresarial-militar de 1964, passando de 36 programas em 1965 para 669 em 1976, crescimento que seguiu vertiginoso até o final da ditadura, em 1985, quando foram contados 1116 cursos¹. E mais intri-

gante ainda, a expansão da pós-graduação não se deu em um contexto reformista burguês, nos moldes de uma revolução burguesa clássica, no bojo da construção de um projeto autopropelido de nação (casos da universidade napoleônica e humboldtiana); ao contrário, a revolução burguesa, em processo, objetivava maior estreitamento com as frações burguesas hegemônicas no capitalismo monopolista, isto é, com o núcleo imperialista do capitalismo mundial. Por isso, o caso brasileiro não deixa de ser pleno de elementos desconcertantes, contraditórios e aparentemente paradoxais: a consolidação da pesquisa e da pós-graduação se deu pari-passu à institucionalização da heteronomia universitária imposta por uma severa ditadura empresarial-militar. Assim, mais pesquisa e pós-graduação significaram menos autonomia universitária, abarcando as suas três dimensões axiais: didático-científica, de gestão financeira e de meios administrativos para assegurar a liberdade acadêmica.

Foi na ditadura que esse processo foi consolidado, conforme os grandes números da pós-graduação confirmam, mas seria um erro estabelecer uma periodização em que o pré-1964 fosse considerado

Assim, mais pesquisa e pós-graduação significaram menos autonomia universitária, abarcando as suas três dimensões axiais: didático-científica, de gestão financeira e de meios administrativos para assegurar a liberdade acadêmica.

como um período de plena liberdade acadêmica, apoio público e universal à pesquisa, um tempo de florescimento do pensamento crítico em todas as esferas da universidade, e o pós-ditadura como o marco zero da heteronomia.

Como assinalado, as primeiras iniciativas públicas de maior envergadura em prol da ciência e da tecnologia estavam orientadas por uma *ratio* militar (geopolítica) e pela ideologia do desenvolvimento. Cabe ressaltar que, para os cientistas participantes desse processo, o domínio da física nuclear era muito mais amplo, pois poderia abrir caminho para a ciência básica e para a formação de pessoal capacitado para

enfrentar os obstáculos à industrialização e ao desenvolvimento. Ilustrativo deste posicionamento, físicos ilustres como José Leite Lopes, Jaime Tiomno e Luís Marques assessoraram o Conselho Nacional de Economia, objetivando identificar e solucionar os gargalos tecnológicos para a industrialização do país, o que demandaria uma profunda reforma da universidade, com o fim de torná-la coetânea dos desafios da segunda etapa de substituição das importações, a produção de maquinaria pesada (Fernandes, 1990, p. 87).

Os obstáculos concretos a uma reforma universitária inscrita no rol de reformas estruturais ficaram patentes na derrota em 1961 do projeto liberal da LDB em favor do Substitutivo Lacerda, francamente privatista. Não havia entre as lideranças da burguesia uma efetiva disposição de empreender uma transformação radical da universidade, como ficaria evidente, após o golpe, no processo de desmonte da UnB, em 1964-1965 (Salmeron, 1999). A falta de apoio das frações burguesas dominantes locais a tais reformas confirmam a impertinência (para as frações burguesas vitoriosas no golpe) da substituição das importações e do projeto nacional-democrático, como supunham ser possível um arco de forças que reunia o PCB (conforme a Declaração de Março de 1958), a SBPC, o ISEB, a esquerda trabalhista, movimentos sindicais, estudantis e iniciativas populares como o CPC da UNE, as campanhas de alfabetização e conscientização em curso no Nordeste etc.

Mesmo no período em que se supunham possíveis as reformas de base, no caso da reforma universitária, a comunidade científica organizada na SBPC não contribuiu de modo destacado para constituir uma frente ampla em prol da reforma (Fernandes, 1990, p. 89), preferindo o apoio de empresários considerados progressistas, leia-se industriais, em detrimento das lutas conjuntas com o movimento estudantil (UNE) e popular (movimentos de alfabetização popular, sindicais, CPC etc.).

Os limites reformistas da comunidade científica devem-se, entre outros fatores, à forma de financiamento à ciência e à tecnologia. No pós-II Guerra, com o desenrolar da Guerra Fria, muito da pesquisa universitária dependeu do financiamento de fundações privadas estadunidenses, como a Fundação Ford, por exemplo. Certamente, existiram pesquisas,

auspiciadas por tais fundações e agências de governo, que contribuíram para a consolidação da pesquisa no Brasil, a exemplo dos avanços na genética (Rockefeller), na geologia (USAID) etc., o mesmo podendo ser dito de intercâmbios com universidades estadunidenses em vários campos do conhecimento. Contudo, o apoio dessas fundações pressupunha uma universidade que não fosse hostil ao imperialismo, inclusive sob a forma do nacional-desenvolvimentismo, gerando contradições e tensões, pois, como assinalado, importantes setores da *intelligentsia* universitária abraçaram tal projeto, a exemplo da UnB e, fora da universidade, da Petrobras. Não casualmente, parte relevante dessa *intelligentsia* foi cassada pela ditadura.

No período pré-1964, em que prevaleceu o financiamento das fundações estadunidenses e da USAID, a ética na produção do conhecimento dependeu, em grande parte, da ética dos pesquisadores envolvidos e, em alguns casos, dos representantes locais das referidas fundações, engendrando relações sociais contraditórias entre pesquisadores e doadores e, em certos casos, conflituosas; afinal, no contexto da Guerra Fria não poderia haver apoio desinteressado.

Toda a área de convênios relacionada com a transferência de conhecimentos foi acompanhada de perto pelo Departamento de Estado dos EUA, bem como por seus órgãos de informação e inteligência. Tais formas de colaboração, em que pesem benefícios localizados, não poderiam concorrer plenamente para forjar um sistema universitário dotado de autonomia efetiva. Para entender o problema da heteronomia, é preciso diferenciar: (i) a ação mediada pelas fundações estadunidenses e pela USAID em sua cruzada anticomunista (Scheman, 1988); e (ii) o internacionalismo universitário, presente, por exemplo, nas missões francesas durante a criação da USP ou no aperfeiçoamento de professores no exterior, seja em programas de pós-graduação, seja em grupos de pesquisa. Esta distinção não significa que tenha inexistido pesquisa eticamente orientada auspiciada na forma apontada em (i) ou, alternativamente, que toda pesquisa advinda de (ii) tenha sido crítica e livre das influências particularistas, em especial pelo contexto de Guerra Fria. As fundações e a USAID tinham objetivos muito claros ao auspiciar a pesquisa no Brasil, ação que envolveu considerável soma de

recursos no período anterior ao golpe de 1964.

O montante de recursos internacionais permite dimensionar o quanto a comunidade acadêmica era dependente de tais recursos e dos laços criados com as instituições estadunidenses. Em 1965, a Revista *Ciência e Cultura* publicou informações do *Defense Research Office* publicizando os investimentos das organizações americanas no Brasil no período 1961-1964. Foram disponibilizados 13.703.576 dólares, cerca de US\$ 110 milhões na moeda de hoje, montante que, na época, pode ser considerado relevante, pois sequer havia orçamento para pesquisa no Brasil.

Tabela 1: Financiamento estrangeiro a pesquisa (1961-1964)

Ford Foundation	\$ 3.955.000
Rockefeller Foundation	\$ 1.850.983
Kelling Foundation	\$ 592.157
U. S. Air	\$ 313.300
United Nations - Technical Assistance	\$ 6.502.200
U. S. Department of Agriculture	\$ 248.838
Nat. Institute of Health	\$ 132.478
Department of Defense	\$ 96.320
Atomic Energy Commission	\$ 12.300

FONTE: Informações obtidas na Revista *Ciência e Cultura* da SBPC, 1965, vol. 17, nº 1.

Desse modo, antes mesmo do golpe, parte da comunidade acadêmica já estava fortemente vinculada ao modelo estadunidense e, como assinalado, não possuía vínculos efetivos com os movimentos reformistas. Os formuladores das políticas educacionais e de ciência e tecnologia, comprometidos com a preparação e a efetivação do golpe, sabiam que a universidade poderia ser um celeiro onde aliados e colaboradores poderiam ser buscados. Os empresários, os militares e os tecnocratas (seus técnicos títeres, na expressão de Fernandes, 1984) sabiam que os docentes propensos a apoiar o golpe estavam dispersos e, por isso, centros de pensamento como o IPES-IBAD² se empenharam em estreitar os laços destes intelectuais com os círculos de tecnocratas envolvidos com a ditadura empresarial-militar. Certamente, muitos cientistas, embora reconhecessem a validade do modelo estadunidense, recusaram colaborar com o regime, buscando o exílio e mesmo resistindo quase que clandestinamente nos interstícios da universidade e das entidades científicas.

Repressão e heteronomia

As resistências existiram e foram relevantes. Os acadêmicos mais estreitamente vinculados ao projeto nacional-desenvolvimentista, expresso, por exemplo, na UnB, na SUDENE, no ISEB, na UNE e nos movimentos populares, foram prontamente identificados como potenciais inimigos do golpe. No primeiro ano da ditadura, 85 foram cassados, entre os quais se destacam Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire. Entidades como a SBPC, que, no momento do golpe, mantiveram relativo silêncio, em 1965 já expressavam preocupação com os afastamentos e com os Inquéritos Policiais Militares, especialmente na UnB, instituição em que mais de 80% dos seus docentes foram expulsos ou se viram forçados a sair (Salmeron, 1999). Repressão que atingiu de modo especialmente violento também os estudantes, pois mais de 250 foram expulsos em 1969. Objetivando impor o silêncio sobre o movimento estudantil, em 1964 foi instituída a Lei Suplicy de Lacerda, criando o Diretório Nacional dos Estudantes (sob estreito controle e vigilância das reitorias), proibindo greves e propagandas partidárias nas entidades estudantis e, em 1969, foi editado o Decreto 477 voltado mais diretamente para a repressão estudantil.

Com o AI-5/1968, mais 168 professores universitários e de institutos públicos de pesquisa foram cassados, inclusive os 10 cientistas da Fiocruz, no que ficou conhecido como o “Massacre de Manguinhos”. Paulatinamente, foram sendo erigidas finas teias de relações entre os aparatos de repressão do Estado, como o SNI, DOPS, CENIMAR, e a vida cotidiana das universidades.

Com o AI-5/1968, mais 168 professores universitários e de institutos públicos de pesquisa foram cassados, inclusive os 10 cientistas da Fiocruz, no que ficou conhecido como o “Massacre de Manguinhos”³. Paulatinamente, foram sendo erigidas finas teias de relações entre os aparatos de repressão do Estado, como o SNI, DOPS, CENIMAR, e a vida cotidiana das universidades. A partir de 1970 foram criadas 35 Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESIs ou ASIs) nas principais universidades do país.

Tais nexos aconteceram de modo institucional, mas também de forma sub-reptícia na institucionalidade, com a colaboração de reitorias, diretores e chefes de departamentos, a exemplo da demissão de um grande número de docentes que não possuía vínculos estáveis com as instituições e que puderam ser afastados por atos ditos administrativos. Estimativas conservadoras confirmam mais de 300 casos de afastamento de docentes universitários no país durante a ditadura⁴, muitos deles indicados em reunião de departamentos, como os da Medicina da USP (Fernandes, 1984) ou por decisão de chefes de departamento, como Eremildo Luis Vianna, no IFCS-UFRJ; este número não compreende os que, por terem suas vidas ameaçadas ou não vislumbrarem condições mínimas de liberdade, se viram forçados a abandonar a universidade (como os 225 docentes da UnB que saíram após a demissão de 15 colegas). Ademais, inexistiu levantamento completo sobre os docentes e os estudantes assassinados, a exemplo da professora Ana Rosa Kucinsky, do Instituto de Química da USP, e de seu companheiro, o físico Wilson Silva, e de Vladimir Herzog (Comunicação USP e FAAP), totalizando, entre estudantes, docentes e técnicos, 47 mortos na USP⁵ e, na UFRJ, ao menos 25 pessoas já comprovadas.

Seria um erro compreender que, na perspectiva dos interesses burgueses, o processo de repressão a professores e estudantes significou destruição; ao contrário, cabe aqui a expressão consagrada por Schumpeter de “destruição criadora”. Ao mesmo tempo em que a repressão foi recrudescida, o governo e seus apoiadores avançavam na contrarreforma da universidade, um objetivo perseguido de modo diligente desde os primeiros meses da ditadura. Como assinalado, a pós-graduação, como locus da pesquisa sistemática, era reduzida antes de 1964 e o governo necessitava de nichos capazes de formar pessoal com maior sofisticação para erigir a infraestrutura indispensável ao capitalismo monopolista, em áreas como energia, agricultura, engenharias, telecomunicações etc.

Um primeiro passo foi conduzir a pós-graduação ao modelo tido como recomendável, o estadunidense, e guiá-la pelo objetivo estratégico da formação de capital humano. Este foi o sentido de sua regulamentação através do Parecer nº 977/65 e o financiamento

oriundo das parcerias com as agências internacionais foram os caminhos traçados para consolidar o ensino superior e a pós-graduação no Brasil, o que gerou um crescimento quantitativo. Este parecer não fez nenhuma tergiversação sobre suas intenções. Título de um dos tópicos: “*Um exemplo a ser seguido - a norte-americana*”.

Sendo ainda incipiente a nossa experiência em matéria de pós-graduação, teremos de recorrer inevitavelmente a modelos estrangeiros para criar nosso próprio sistema. O importante é que o modelo não seja objeto de pura cópia, mas sirva apenas de orientação. Atendendo ao que nos foi sugerido pelo aviso ministerial, tomaremos como objeto de análise a pós-graduação norte-americana, cuja sistemática já aprovada por uma longa experiência tem servido de inspiração a outros países (PARECER N° 977/1965).

A intervenção estadunidense neste período não era privilégio do Brasil; outros países da América Latina também conviviam com esse tipo de ingerência, seja a partir do financiamento e da organização de golpes militares, seja como no caso do Projeto *Camelot* (Horowitz, 1969), criado em 1964, com recursos do *Special Operations Research Office-Soro*, do Exército dos Estados Unidos, porém operado pela *American University of Washington*, com o objetivo de avaliar a possibilidade de guerras nacionais nos países da América Latina, a capacidade dos governos de prevê-las e a probabilidade de que estes governos pudessem constituir um sistema capaz de obter informações essenciais para o controle da situação.

Criadas as normas para a expansão da pós-graduação, o próximo passo da ditadura foi se apropriar dos anseios sociais, em especial, estudantis, da noção de reforma universitária, ressignificando o seu conteúdo e adotando medidas presentes na UnB que, recontextualizadas, poderiam garantir a legitimidade da “reforma”. A Comissão Meira Mattos (dezembro de 1967) e, a seguir, o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (julho de 1968), como iniciativas que, embora não plenamente coincidentes, tinham como meta fazer o ajuste da universidade brasileira aos requisitos do capitalismo monopolista.

Além de permanentemente acompanhada pelos intelectuais estadunidenses, a Reforma Universitária

foi precedida pelos contratos com os EUA destinados ao planejamento da educação e execução orçamentária, através dos acordos MEC-USAID. Pode-se afirmar que a Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, institucionalizou de modo combinado (pois expressa posicionamentos de formuladores brasileiros e estadunidenses) todas essas iniciativas contrarreformistas.

[...] ao analisar o Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária. Ao compará-lo com o Relatório MEC-USAID para o ensino superior, notamos de imediato as grandes semelhanças: a concepção empresarialista da universidade e o paradigma explícito da universidade norte-americana a mostrar o caminho para a brasileira. Em reforço a esse (pré) conceito, o Relatório MEC-USAID, só publicado em 1969, dizia que a versão preliminar havia sido levada como subsídio ao Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (CUNHA, 1988, p. 24-25).

A consolidação e o crescimento quantitativo da universidade e da pós-graduação se dão sob a égide autocrática, desvinculado de um projeto autopropelido de desenvolvimento científico comprometido com os problemas atuais e futuros dos povos. O crescimento acelerado da pós-graduação, por isso, apro-

Criadas as normas para a expansão da pós-graduação, o próximo passo da ditadura foi se apropriar dos anseios sociais, em especial, estudantis, da noção de reforma universitária, ressignificando o seu conteúdo e adotando medidas presentes na UnB que, recontextualizadas, poderiam garantir a legitimidade da “reforma”.

fundou a heteronomia da universidade *vis-à-vis* ao Estado e ao capital. Ainda que, contraditoriamente, tenha propiciado condições de pesquisa teórica relevante, especialmente na ciência básica, contribuindo para a formação de pesquisadores, socializou muitos dos novos pesquisadores em conformidade com uma racionalidade tecnicista, não crítica, frente ao padrão de acumulação do capital expropriador e explorador da grande massa popular, difundido como “milagre econômico” realizado com um enorme custo socioambiental, em especial sobre os movimentos do campo e sobre os povos indígenas.

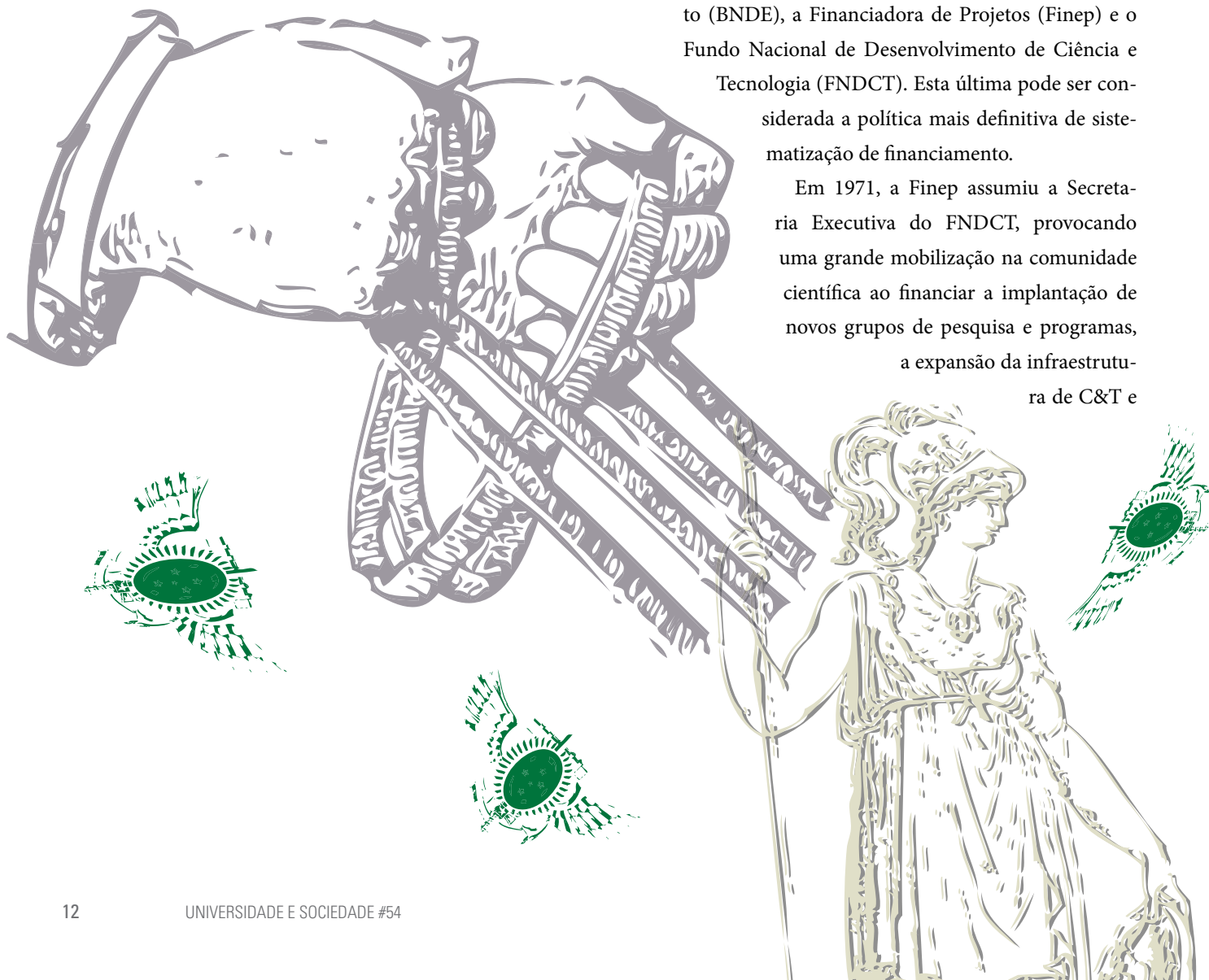
O esforço de ampliação da base de apoio ao padrão de acumulação empreendido pela ditadura empresarial-militar e de expansão da pesquisa, inserida no II Plano Nacional de Desenvolvimento como um objetivo estratégico, exigiria reequilibrar os termos repressão-persuasão, ampliando os meios persuasivos, reduzindo, a partir de 1975, os meios abertamente coercitivos, em prol de formas mais sutis de coerção, como a imposição de agendas, prioridades, metas, por meio de constrangimentos econômicos (Leher e Silva, 2011). Daí a prioridade do governo ditatorial no controle mais estreito e orgânico dos órgãos de fomento.

Os antigos conselhos precisavam se adaptar à nova situação do país. Logo após o golpe, o CNPq sofreu a tentativa, inicialmente, sem sucesso, de ser transformado em fundação. Já a Capes teve seu papel de Campanha transformado em Coordenação e, posteriormente, em órgão executivo das políticas do MEC. O plano quinquenal para a pós-graduação foi instituído a partir do Programa Estratégico de

Desenvolvimento - PED (1968-1970) e tinha como perspectiva principal constituir um instrumento de apoio à C&T que pudesse ter expansão nacional. Seu objetivo era formular programas de investigação de temáticas que possibilitassem o desenvolvimento do país nas áreas consideradas estratégicas: astronomia, matemática, física, química e tecnologia, além de biologia e ciências sociais e de uma preocupação particular com a região amazônica.

Com efeito, o realinhamento da C&T nas políticas do governo militar exigiria recursos financeiros e mecanismos de controle para garantir a eficácia pretendida. A reconfiguração da Capes e do CNPq de autarquia para fundação de direito privado foram decisivas para o estabelecimento de uma nova metodologia de financiamento da pesquisa, assim como a criação de outros órgãos já com características claras de agências de financiamento, como a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (Fapesp), o Programa de Expansão Tecnológica (Protec), órgão do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE), a Financiadora de Projetos (Finep) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia (FNDCT). Esta última pode ser considerada a política mais definitiva de sistematização de financiamento.

Em 1971, a Finep assumiu a Secretaria Executiva do FNDCT, provocando uma grande mobilização na comunidade científica ao financiar a implantação de novos grupos de pesquisa e programas, a expansão da infraestrutura de C&T e



a consolidação da pesquisa e da pós-graduação. Sua tarefa foi além da distribuição de recursos, incluindo a análise da viabilidade de projetos de investimento para o Ministério de Planejamento. As políticas de C&T sempre estiveram vinculadas à ideia de desenvolvimento, porém, no período da ditadura, este processo foi planejado. A cada plano de desenvolvimento do país, desde o PED, foram elaborados planos de desenvolvimento das políticas de C&T. Avançando na política de planificação da distribuição dos recursos, em 1972 foi criado o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT) com a meta de incentivar a pesquisa no setor privado. Atuando em conjunto com o Ministério do Planejamento, objetivava realizar estudos relativos à formação de política nacional de desenvolvimento científico através da realização de pesquisas por sociedade de economia mista e empresas do setor privado, com a articulação com órgãos de pesquisa governamentais.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (1972 a 1974) priorizou a orientação de transferência de tecnologia para o país, projeto que foi incorporado ao Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnologia – I PBDCT (1973-1974). Submetido ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral em articulação com o CNPq, dedicava-se ao desenvolvimento de novas tecnologias, basicamente Energia Nuclear e Pesquisa Espacial, novas indústrias na área de eletrônica, química, aeronáutica e no fortalecimento da capacidade de absorção e criação de tecnologia pela empresa pública e privada. Outro elemento importante no plano era o engajamento do setor produtivo. Foi necessário o fortalecimento financeiro e institucional para a consolidação de infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica com o intuito de integrar a indústria, a pesquisa e a universidade. Para tal empreendimento, a dimensão das dotações orçamentárias foi de um grau inédito no Brasil. Para avaliar a ordem de grandeza dos valores destinados aos programas brasileiros, pode-se mencionar que o programa global de apoio técnico da ONU ao mundo ‘subdesenvolvido’ foi de cerca de US\$ 320 milhões ou Cr\$ 1,9 bilhões anuais, enquanto que o I PBDCT contou com dispêndios federais no biênio de 1973-1974 na ordem de Cr\$ 4,3 bilhões, ou seja, Cr\$ 2.150 bilhões anuais (valores de 1973).

O plano seguinte foi brindado com uma importante reformulação no CNPq, em 1974, que passa a ser denominado Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e, no ano seguinte, sob justificativa de maior agilidade operacional e sem as resistências verificadas em 1964, é transformado em fundação de personalidade jurídica de direito privado e é vinculado diretamente à recém-criada Secretaria de Planejamento (Seplan/PR), ligada à Presidência da República, o que significava seu deslocamento para o centro das decisões econômicas do país.

Pode-se afirmar que a Seplan era a representação da consolidação do Estado tecnocrático. Era ela o centro do poder e da articulação entre os ministérios, empresas privadas e estatais e a responsável por coordenar e desenvolver, a partir de seus órgãos, acessórios como o Ipea – Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada, planos de execução orçamentária e projetos, acompanhando-os detalhadamente. Por este quadro e pelo entendimento de que os avanços tecnológicos do país tinham uma relação direta com o crescimento econômico e, principalmente, pelas suas características de centralização, estabeleceu-se uma vinculação entre o CNPq e a Seplan. Além desta mudança, o CD – Conselho Deliberativo do CNPq foi substituído pelo Conselho Científico e Tecnológico – CCT, órgão máximo de assessoramento do CNPq (SILVA, 2012, p. 103, 104).

Outro elemento importante no plano era o engajamento do setor produtivo. Foi necessário o fortalecimento financeiro e institucional para a consolidação de infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica com o intuito de integrar a indústria, a pesquisa e a universidade. Para tal empreendimento, a dimensão das dotações orçamentárias foi de um grau inédito no Brasil.

Em 1976, o CNPq adotou uma tabela de classificação de áreas, que aparentemente serviria apenas para avaliar os resultados das políticas de expansão. No entanto, ela serviu como base para o estabelecimento de um critério hierárquico e supostamente meritocrático, efetivado pelos comitês assessores organizados por áreas do conhecimento.

Retoma-se mais uma vez a questão apresentada por Bourdieu (1983). Os comitês assessores são formados por membros do campo científico que detêm o poder de analisar e propor uma hierarquia entre os campos do saber, entre os cientistas e entre temáticas a serem pesquisadas. E que desembocará na preocupação de Merton na composição do *Effect Matheus*, que aponta o estabelecimento de grupos de pesquisas de primeira classe que terão sempre uma boa avaliação, salvo problemas muito graves, e, portanto, sendo beneficiados com as mais altas quantias de financiamento (SILVA, 2012, p. 106).

O II PBDCT (1976-1979), diferente do I PBDCT, priorizava as políticas industrial e agrícola em detrimento da pesquisa científica. Porém, seguia a política de alinhar a universidade, empresas e setores públicos e privados nos trilhos definidos para a atividade de C&T. O III PBDCT (1980-1985) teve sua vigência no período de crise política e financeira e direcionou o grosso dos recursos para a EMBRAPA, que, no pe-

O setor produtivo privado, por sua vez, pouco contribuiu para a absorção do pessoal altamente qualificado e para a instalação de uma nova infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento, confirmando que não é a indução a partir da universidade que poderia modificar o padrão tecnológico das empresas, o que, após 1985, determinará medidas ainda mais diretamente vinculadas ao setor produtivo.

ríodo 1981-1984, possuía um orçamento superior ao do CNPq e, neste, os recursos para ciência aplicada eram cada vez maiores do que os de ciência básica: em 1984, 40% maiores (Fernandes, 1990, p. 157).

Um balanço dos três PBDCT indica que, apesar de toda a pressão por parte do governo, grande parte da pesquisa seguiu localizada nos cursos de pós-graduação. O setor produtivo privado, por sua vez, pouco contribuiu para a absorção do pessoal altamente qualificado e para a instalação de uma nova infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento, confirmando que não é a indução a partir da universidade que poderia modificar o padrão tecnológico das empresas, o que, após 1985, determinará medidas ainda mais diretamente vinculadas ao setor produtivo.

Diante da debilidade do III PBDCT, o governo ditatorial encaminhou o I Plano de Apoio ao Desenvolvimento Científico - PADCT (1982), criado para facilitar a obtenção de empréstimos internacionais, concebido como um instrumento de ação complementar às agências de financiamento e com metas pré-definidas a alcançar. A aprovação final do primeiro empréstimo e a renovação do contrato só ocorreram após o fechamento dos acordos da dívida externa brasileira. A presença do Banco Mundial, já existente há pelo menos três décadas, foi intensificada no financiamento e na determinação das políticas de C&T.

Em 1985, foi criado o Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT, constituindo um 'novo marco' para a história da C&T no Brasil baseado nos mesmos argumentos que sempre circundaram a C&T: o fortalecimento da educação e da pesquisa como elemento de desenvolvimento do país sem romper as barreiras da dependência tecnológica e científica.

As nações capitalistas desenvolvidas e, principalmente, as nações hegemônicas do mundo moderno podem financiar os progressos globais da ciência e da tecnologia avançada (...). As nações subdesenvolvidas precisam pôr em primeiro plano seus objetivos nacionais e, portanto, para elas o processo interessa na medida em que, através da modernização ou da racionalização do ensino e da expansão da pesquisa científica e tecnológica, elas conseguem melhores condições de participação do fluxo do padrão de civilização de que participam. Isto significa que, para elas, o que entra em jogo, na fase da negação e de superação do subdesenvolvimento, é o grau de autonomia cultural relativa que alcança (ou pode alcançar) por meio da educação escolarizada, da ciência e da tecnologia avançada (FERNANDES, 1975, p. 88-89).

De forma distinta da busca "de autonomia cultural", o aparato de fomento à C&T erigido no período ditatorial institucionalizou a heteronomia estrutural da universidade frente ao Estado, aos governos e aos interesses particularistas do capital. Difundiu um *ethos* acadêmico, referenciado no pragmatismo e no utilitarismo, que naturaliza a associação entre conhecimento e capital humano, inserindo as universidades nos circuitos de regulação da força

de trabalho. Mesmo a autonomia constitucionalmente assegurada posteriormente, em 1988, nasce como letra morta, tal a assimilação da crença de que a heteronomia é um dado a não ser problematizado.

O abandono do objetivo da autonomia cultural levou a ditadura a optar por uma massificação relativa da educação superior, um dos impulsionadores da contrarreforma de 1968, em virtude das lutas dos chamados excedentes, por meio da expansão da rede privada, preferencialmente, pela proliferação de cursos de curta duração. O GT sobre a Reforma Universitária e, em outros termos, o Relatório *Atcon*, convergiram na avaliação de que algumas universidades deveriam ser escolhidas como centros de excelência, dotadas de recursos adicionais para a pesquisa e a pós-graduação. Em nenhum momento a ditadura admitiu a ideia de que a pressão por mais vagas na educação superior poderia ser assimilada pela expansão das universidades públicas. A opção pelo setor privado foi inequívoca. Isenções tributárias foram concedidas para os que tivessem seus filhos matriculados nas organizações de ensino privadas, isenções que se estenderam às próprias empresas, ainda que abrigadas sob o manto da filantropia. Foi aberta uma linha de crédito subsidiado pelo Estado para que os consumidores provenientes de famílias sem recursos pudessem adquirir a mercadoria educacional, por meio do Crédito Educativo. Reunidas, tais medidas impulsionaram de modo extraordinário a expansão privada. Em 1975, as privadas já dividiam meio a meio as matrículas com as públicas e alcançando, no início dos anos 1980, mais de 60%. A exemplo do Programa Universidade para Todos (2004), a justificativa para tais medidas em favor da privatização foi a necessidade de ‘democratização’ urgente do acesso à educação superior, sem que com isso o setor público necessitasse ser ampliado, pois os poucos “centros de excelência” bastariam para dar conta das neces-

sidades de pessoal formado com maior sofisticação científica. Desse modo, a exponencial privatização da educação foi mais um dos acres frutos da ditadura empresarial-militar.

Resistências e lutas

As resistências das universidades, de seu movimento docente, estudantil e técnicos e administrativos foram de crucial importância nas lutas contra a ditadura, mas, como lembra Fernandes (1984), não podem ser vistas de modo desvinculado das lutas decisivas empreendidas pelos trabalhadores, desde as greves de Osasco em 1968 que inspiraram, inclusive, a organização da Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) em 1981 e, antes, das Associações de Docentes. Florestan Fernandes (1984, p. 19) considerou o surgimento da ANDES como “um bom salto” na direção de uma maior articulação das lutas universitárias com as lutas por outro projeto de universidade afim aos anseios dos trabalhadores.

A expansão das universidades – ainda que muito modesta frente às necessidades da juventude e a despeito do deslocamento crescente da demanda reprimida por vagas para as organizações privadas – possibilitou considerável ampliação do corpo docente das Federais, das Estaduais e das privadas e o número de estudantes saltou de pouco mais de 140 mil em 1964 para mais de 1,4 milhão em 1985.

A partir das manifestações da crise econômica do capitalismo mundial na segunda metade dos anos 1970, os docentes que lutavam contra a ditadura passaram a se organizar nas Associações de Docentes com reivindicações concretas, como: concursos públicos; efetivação dos docentes que não puderam realizar concursos (em virtude da inexistência dos

64-85

mesmos e dos famigerados atestados de bons antecedentes ideológicos fornecidos pelo DOPS que impediam qualquer docente inconformista, crítico ao modelo em curso, de se inscrever nos concursos); e, finalmente, unificação da carreira dos docentes das universidades autárquicas e fundacionais. De uma entidade associativa, a ANDES incorporava o método de luta da classe trabalhadora, por meio de greves, manifestações e congressos orientados por análises de conjuntura crescentemente classistas, lutas que aconteceram ainda na vigência da ditadura, que possibilitou crescente consciência política em seus militantes, processo que levará a embates sobre a natureza sindical (centrada no trabalho) ou associativa (parte da sociedade civil liberal-democrática), que, após a Constituição de 1988, possibilitou a sua conversão em Sindicato Nacional (1991).

Em meio à reorganização das lutas dos professores, estudantes e da própria comunidade científica na SBPC, começaram a surgir os primeiros dossiês sobre a ditadura. A Associação dos Docentes da USP publicou “O livro negro da USP: o controle ideológi-

As fraturas entre os setores burgueses que apoiaram a ditadura foram alargadas pelas lutas, manifestações, greves e jornais dos sujeitos que até então estavam sob o controle repressivo e político da ditadura, eclodindo o ‘Novo Sindicalismo’ e a reorganização de movimentos camponeses, estudantis e urbanos.

co na universidade” (1978), os professores da UFMG publicaram o texto “UFMG: resistência e protesto” (1979) e a Associação de Docentes da UFRGS, o texto “Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS” (1979). A Associação de Docentes da UFRJ reintegrou os docentes cassados na Associação, em ato marcadamente político.

A luta dos docentes para lograrem representação própria foi possível, em grande parte, em virtude da massificação das reuniões da SBPC a partir da segunda metade da década de 1970, especialmente após a inclusão das ciências sociais e humanas. Nestas reuniões fervilharam os debates e, a partir de 1978, entrou na agenda a anistia aos cientistas e professores

cassados (readmissão automática e imediata dos professores cassados), luta que foi ampliada posteriormente na forma da consigna “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita!”, enfrentamento necessário tendo em vista as restrições à anistia pretendidas pelo governo Geisel, situação denunciada em 1978 pela ADUFRJ com apoio da Sociedade Brasileira de Física. Em 1978, a reunião anual da SBPC abrigou o encontro que possibilitou a criação da Associação Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior, formalmente criada em 1981 (Fernandes, 1990).

As fraturas entre os setores burgueses que apoiaram a ditadura foram alargadas pelas lutas, manifestações, greves e jornais dos sujeitos que até então estavam sob o controle repressivo e político da ditadura, eclodindo o ‘Novo Sindicalismo’ e a reorganização de movimentos camponeses, estudantis e urbanos. No início dos anos 1980, percebendo o ascenso das lutas sociais, os setores dominantes lograram estabelecer como narrativa a dita teoria do autoritarismo que encontrou eco em meios acadêmicos, nos meios de comunicação que até então estavam a serviço da ditadura, entre “brasilianistas” e no MDB e que alcançou hegemonia sobre quais as tarefas da dita transição. Esse movimento possibilitou uma transição pelo alto, situação que manteve inalterados os principais pilares da política educacional e de ciência e tecnologia. A heteronomia seguirá como a marca do capitalismo dependente no cotidiano das universidades.

Na universidade, o contraponto frente ao suposto consenso sobre a necessidade de superar o autoritarismo, via abertura democrática, mas sem alterações econômicas e políticas que fizessem o acerto de contas com o capitalismo dependente, passou a ser organizado principalmente na ANDES, na UNE e na FASUBRA. O aparente consenso da reforma do governo Sarney, por meio do GERES, confirmava a força da permanência dos fundamentos do modelo estadunidense recontextualizado pela ditadura. Desde então, uma tarefa histórica da luta dos trabalhadores resta em aberto: a reforma radical das universidades. **US**

notas

1. Capes - Situação atual da Pós-Graduação, Apêndice B Séries Históricas. Disponível em:

<<http://pdi.ufabc.edu.br/wp-content/uploads/2011/09/Plano-Nacional-de-P%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3o-2011-2020-Volume-I.pdf>>.

2. IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática criados em 1961, objeto do clássico estudo de Dreyfuss: *1964, a conquista do Estado*.

3. O número de professores cassados, levantados por Morel (apud Fernandes, 1990, p. 135), é parcial. Muitos outros foram forçados ao exílio, outros foram demitidos, pois tinham contratos precários, como muitos na UnB, na UFRJ etc. As comissões da verdade, recentemente instituídas nas universidades, poderão atualizar essas informações cruciais.

4. Algumas instituições e unidades foram severamente atingidas após o AI-5. A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP perdeu catedráticos como Florestan Fernandes e seus assistentes, tais como Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni (repressão que alcançou outros pesquisadores com trabalhos vinculados a Florestan, como Miriam Limoeiro Cardoso, IFCS-UFRJ), e, também, na área de filosofia, Bento Prado Jr. e José Arthur Giannotti. Antes, em 1964-65, sete professores da Faculdade de Medicina da USP foram afastados, como Erney Plessmann de Camargo, Thomas Maack, Michel Rabinovitch, Isaias Raw, Luiz Rey e Pedro Henrique Saldanha.

5. Marcos Pivetta, O impacto na academia Pesquisa FAPESP, Edição 218 - abril de 2014. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2014/04/24/o-impacto-na-academia>>. Acesso em: 6 maio 2014.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.) **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155.

BRASIL. **Parecer nº 977/65**. Brasília: MEC/CEE, 1965.

CUNHA, L. A. **A universidade reformanda**. O Golpe de 1964 e a Modernização do Ensino Superior. São Paulo: UNESP, 1988.

DREIFUSS, R. **1964: A conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, A. M. **A construção da ciência no Brasil e a SBPC**. Brasília: Ed. UnB, ANPOCS, CNPq, 1990.

FERNANDES, F. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução**. São Paulo. Ed. Alfa - Omega, 1975.

FERNANDES, F. **A questão da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

HOROWITZ, I. L. **Ascensão e queda do projeto Camelot**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

LEHER, R. e SILVA, S. Financiamento e heteronomia na pesquisa acadêmica (1950-1990), **Revista Praia Vermelha**, V. 21, N. 1, Julho-Dezembro, 2011.

SALMERON, R. A. **A universidade interrompida**: Brasília 1964-1965. Brasília: Ed. UnB, 1999.

SCHEMAN, L.R. (Ed.) **The alliance for progress**. New York: Praeger, 1988.

SILVA, S. **Pesquisa Científica, editais de financiamento e a heteronomia acadêmica**. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGÉ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

referências